Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Regras indefinidas para investigações sobre crime organizado

Enquanto o país vê os resultados da Operação Carbono Oculto que apontou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal por meio de fintechs envolvendo postos de combustíveis, o Judiciário ainda não tem um entendimento pacífico sobre as regras para utilização de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em investigações sobre organizações criminosas. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Cristiano Zanin, apontam que investigadores podem ter acesso a relatórios financeiros do Coaf sem autorização judicial, mas esse entendimento encontra divergências. Nesta semana, o ministro Gilmar Mendes manteve entendimento da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que é ilícita a requisição direta de RIFs sem ordem judicial.

Burocracia

Integrantes do Ministério Público defendem que a exigência de autorização judicial para acesso a dados financeiros cria uma burocracia que retarda as investigações. A pedido do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a tramitação dos processos baseados em relatórios financeiros emitidos pelo Coaf sem prévia autorização judicial estão suspensos até que a questão seja pacificada. O ministro Alexandre de Moraes determinou suspensão diante do risco de anulação de várias investigações importantes. "Essa divergência, conforme demonstrado pela PGR, tem gerado graves consequências à persecução penal, como a anulação de provas, o trancamento de inquéritos, a revogação de prisões, a liberação de bens apreendidos e a invalidação de operações policiais essenciais ao combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e à sonegação fiscal", afirmou Moraes.

Repercussão geral

O entendimento do STF será firmado com repercussão geral. Em junho, o STF, em deliberação no plenário virtual, reconheceu por unanimidade a existência de repercussão geral do tema. O reconhecimento da repercussão geral significa que a decisão dos ministros a ser tomada no julgamento deverá ser aplicada em todos os processos suspensos.

Antigos suspeitos

O tema ganha ainda mais importância diante de uma investigação do tamanho da Operação Carbono Oculto. A movimentação financeira dos investigados há anos despertava a desconfiança em bancos e no mercado financeiro.

Arquivo Pessoal

Associação de ex-alunos de direito da UnB elege nova direção

O advogado Pedro Gonet Branco assumiu, na semana passada, a presidência da Associação dos ex-alunos de direito da UnB, entidade que reúne egressos da graduação, mestrado e doutorado da instituição. Entre os integrantes estão magistrados, como Gilmar Mendes, Daniela Teixeira e Sebastião Reis. Pedro Gonet explica que pretende promover encontros frequentes entre diferentes gerações. "Nos formamos 240 bacharéis em direito por ano, temos condições de reunir uma comunidade muito bacana, promover encontros entre as gerações — os que já se formaram e os que ainda estão como alunos na faculdade — para dar apoio aos atuais estudantes, seja oferecendo cursos, rodas de conversas sobre profissões, conexões com escritórios que estão em busca de estagiários ou advogados recém-formados, ou seja, dicas de quem já passou pelo que eles estão ou irão passar", diz.

Desmontando fake news

A senadora Leila Barros (PDT-DF) divulgou um esclarecimento sobre fake news espalhadas em seu nome que dão conta de um aumento de 32% para policiais civis, militares e bombeiros. Ela ressaltou que a reivindicação é justa e as negociações continuam, mas qualquer novidade será divulgada pelas redes da parlamentar.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

MANDOU BEM

O Hospital de Base se tornou referência em tratamento não invasivo para cálculos renais. O GDF investiu R$ 3 milhões para instalar o aparelho de litotripsia por ondas de choque (Leco), que fragmenta pedras nos rins sem cortes. O procedimento alcança até 75% de eficácia e evita cirurgias longas, segundo anunciado pelo governador Ibaneis Rocha.

MANDOU MAL

Uma das maiores operações da história do país, a Carbono Oculto, apontou um esquema de lavagem de dinheiro do crime organizado, liderado pelo PCC, envolvendo empresas de combustíveis e o mercado financeiro que movimentou R$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, com sonegação de R$ 8 bilhões em impostos.

SÓ PAPOS

"A efetividade do monitoramento integral do réu Jair Messias Bolsonaro, determinado em decisão anterior, exige a adoção de novas medidas, que conciliem a privacidade dos demais residentes do local e a necessária garantia da lei penal, impedindo qualquer possibilidade de fuga"

Ministro Alexandre de Moraes, do STF

Mariana Campos / CB/DaPres

"Espero que os policiais que violarem a casa de meu pai, tida na Constituição como asilo inviolável, saibam do abuso que estão cometendo, cumprindo ordem manifestamente ilegal"

Deputado Eduardo Bolsonaro *(PL-SP)*

Reprodução/Youtube

ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal formou maioria nessa sexta-feira para declarar que valores provenientes do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha não podem ser penhorados no curso das campanhas eleitorais. O PSB acionou o STF depois que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decretou o bloqueio de 13% dos repasses feitos pela legenda para o diretório estadual do partido via Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Os advogados Rafael Carneiro e Felipe Corrêa, sócios do Carneiros Advogados, que representaram o PSB na ação afirmam que o bloqueio judicial de recursos dos partidos políticos durante a campanha eleitoral viola o dever de neutralidade do Estado e ameaça a paridade de armas entre os concorrentes.

À QUEIMA-ROUPA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

DEPUTADO DISTRITAL EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)

"Celina está bem posicionada. Neste momento, porém, a prioridade é mostrar à população o mal que o PT vem causando ao país e construir uma alternativa sólida para 2026"

Lula fez críticas a Antonio Rueda, presidente do União Brasil, por adotar uma postura de oposição, mesmo com três ministros na Esplanada. Como o senhor avalia essas críticas?
Lula tem o hábito de criticar todos que não se alinham integralmente ao seu projeto. O União Brasil, sob a liderança do presidente Antonio Rueda, já deixou clara a sua posição de independência e de oposição responsável. Quanto aos ministros que hoje ocupam pastas no governo, é importante destacar que eles não representam uma cota partidária, mas sim, indicações pessoais, ligadas a lideranças específicas, como o presidente do Senado, e não à direção nacional do partido.

Na sua visão, o União Brasil deveria se retirar do governo Lula?
Na prática, o União já se retirou. Não participamos das decisões do governo, não temos protagonismo em sua agenda e já deixamos clara a nossa postura de oposição.

O governador Ronaldo Caiado é pré-candidato à Presidência. Como o senhor avalia essa candidatura?
Ronaldo Caiado é, sim, nosso pré-candidato à Presidência da República. Até que ele próprio decida o contrário, todo o União Brasil estará unido em torno desse projeto. Caiado representa uma visão de país alinhada aos valores de liberdade, responsabilidade fiscal, agronegócio e desenvolvimento.

Qual o impacto da federação União Progressistas no Distrito Federal?
A federação tem um impacto enorme, não apenas no DF, mas em todo o Brasil. O União Brasil já era o terceiro maior partido do país, e o Progressistas vinha logo atrás. Juntos, formamos a maior força política e eleitoral do Brasil, superando, inclusive, o PL em musculatura partidária e capacidade de articulação. No Distrito Federal, isso nos dá uma posição de liderança na construção de alianças e estratégias.

A candidatura de Celina Leão ao governo do DF está consolidada?
A Celina é candidata do governador Ibaneis Rocha e já foi lançada há muito tempo. Política se faz em grupo, e nós estamos trabalhando para consolidar esse projeto. Embora ainda não seja o momento ideal para discutir chapas e candidaturas, acreditamos que Celina está bem posicionada. Neste momento, porém, a prioridade é mostrar à população o mal que o PT vem causando ao país e construir uma alternativa sólida para 2026.

O União Brasil declarou que quer espaço na chapa majoritária. Esse plano segue de pé?
Sem dúvida. Como a terceira maior força política do país, o União Brasil tem toda legitimidade para reivindicar seu espaço na chapa majoritária. Mas somos realistas: sabemos que outros partidos também pleiteiam posições. Por isso, estamos dispostos a construir alternativas criativas. Uma das propostas em discussão é que, caso não estejamos na chapa majoritária, o União Brasil assuma a presidência da Câmara Legislativa do DF e tenha protagonismo na eleição de um deputado federal. São condições que consideramos justas e proporcionais à nossa representatividade.

A direita do Distrito Federal tende a se dividir em 2026?
Acredito que temos uma grande oportunidade de unificação. Precisamos trabalhar para juntar todos em torno de um único projeto, porque essa união é fundamental. Além da candidatura da Celina ao governo, nossa principal meta é eleger o governador Ibaneis Rocha para o Senado, pois ele é o grande líder desse processo e deve estar em primeiro lugar nessa construção. Se confirmarmos essa união, teremos uma eleição praticamente definida em um único turno.